



ConScientiae Saúde

ISSN: 1677-1028

conscientiaesaude@uninove.br

Universidade Nove de Julho

Brasil

Franco de Oliveira, Luis Vicente; Pastréllo Hirata, Raquel; Santos Oliveira, Claudia; Sampaio, Luciana M. M.; Biasotto-Gonzalez, Daniela; Giannasi, Lilian Chrystiane; Costa, Dirceu; Ferrari Corrêa, João Carlos

Requisitos Uniformes para Manuscritos Submetidos a Periódicos Biomédicos: redação e edição para publicação biomédica

ConScientiae Saúde, vol. 8, núm. 3, 2009, pp. 371-396

Universidade Nove de Julho

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=92912683002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Requisitos Uniformes para Manuscritos Submetidos a Periódicos Biomédicos: redação e edição para publicação biomédica

Uniform Requirements for Manuscripts Submitted to Biomedical Journals: Writing and Editing for Biomedical Publication

Luis Vicente Franco de Oliveira; Raquel Pastréllo Hirata;
Claudia Santos Oliveira; Luciana M. M. Sampaio;
Daniela Biasotto-Gonzalez; Lilian Chrystiane Giannasi;
Dirceu Costa; João Carlos Ferrari Corrêa

Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado em Ciências da Reabilitação; Universidade Nove de Julho – Uninove; São Paulo (SP) Brasil.

Comitê Internacional dos Editores de Periódicos Biomédicos *International Committee of Medical Journal Editors (ICMJE)*

Membros do ICMJE: Annals of Internal Medicine, British Medical Journal, Canadian Medical Associations Journal, Croatian Medical Journal, Journal of the American Medical Association, Nederlands Tijdschrift voor Geneeskunde (The Dutch Medical Journal), New England Journal of Medicine, New Zealand Medical Journal, The Lancet, The Medical Journal of Australia, Tidsskrift for Den Norske Laegeforening (The Journal of the Norwegian Medical Association), Ugeskrift for Laeger (Journal of the Danish Medical Association), the U.S. NLM e World Association of Medical Editors.

Esta é uma tradução para o português do ICMJE – Uniform Requirements for Manuscripts Submitted to Biomedical Journals preparada pelo Programa de Pós- Graduação Stricto Sensu Mestrado em Ciências da Reabilitação da Universidade Nove de Julho – Uninove; São Paulo – SP [Brasil]. O ICMJE não aprova e também não endossa os conteúdos da reimpressão/tradução, mas atualiza periodicamente os Requisitos Uniformes, portanto esta tradução, preparada em setembro de 2009, pode não apresentar precisamente a versão oficial atual. A versão oficial dos Requisitos Uniformes para Manuscritos Submetidos a Periódicos Biomédicos está disponível em www.icmje.org.

I. Declaração de propósito

I.A. Sobre os Requisitos Uniformes

Um pequeno grupo de editores de periódicos médicos gerais se encontrou informalmente em Vancouver, Columbia Britânica, em 1978 para estabelecer diretrizes para o formato dos manuscritos submetidos às suas revistas. Esse grupo se tornou conhecido como o Grupo Vancouver. Seus requisitos para manuscritos, incluindo formatos para as referências bibliográficas desenvolvidos pela *National Library of Medicine* (NLM), foram publicados primeiramente em 1979. O Grupo Vancouver se expandiu e evoluiu para o *International Committee of Medical Journal Editors* (ICMJE) – Comitê Internacional dos Editores de Periódicos Biomédicos, o qual se reúne anualmente. O ICMJE tem ampliado gradualmente seus interesses para incluir princípios éticos relacionados à publicação em periódicos biomédicos.

O ICMJE produziu múltiplas edições dos Requisitos Uniformes para Manuscritos Submetidos a Periódicos Biomédicos. Ao longo dos anos, têm chegado questões que vão além da preparação do manuscrito, resultando no desenvolvimento de um número de Declarações Independentes na política editorial. O documento completo dos Requisitos Uniformes foi revisado em 1997; algumas seções foram atualizadas em maio de 1999 e maio de 2000. Em maio de 2001, o ICMJE revisou as seções relacionadas ao potencial conflito de interesse. Em 2003, o comitê revisou e reorganizou o documento inteiro e incorporou as Declarações Independentes ao texto. O comitê preparou esta revisão em 2008.

O conteúdo total dos Requisitos Uniformes para Manuscritos Submetidos a Periódicos Biomédicos pode ser reproduzido para propósitos educacionais, sem fins lucrativos, desconsiderando os direitos autorais; o comitê apoia a distribuição do material.

Os periódicos que concordarem em utilizar os Requisitos Uniformes são estimulados a declarar em suas instruções aos autores

que seus requisitos estão de acordo com os Requisitos Uniformes e citar esta versão. Os periódicos que desejarem ser listados no www.ICMJE.org como uma publicação que segue os Requisitos Uniformes devem entrar em contato com o escritório de secretariado do ICMJE.

O ICMJE é um pequeno grupo de trabalho de periódicos médicos gerais e não uma organização aberta. Ocasionalmente, o ICMJE convidará um novo membro ou convidado quando o comitê sentir que o periódico ou organização irá oferecer uma nova perspectiva. Organizações abertas a associados para editores e outros em publicações biomédicas incluem a *World Association of Medical Editors* www.wame.org e o *Council of Science Editors* www.councilofscienceeditors.org.

I.B. Potenciais utilizadores dos Requisitos Uniformes

O ICMJE criou os Requisitos Uniformes primeiramente para ajudar autores e editores em sua tarefa mútua de criar e distribuir informações precisas, claras e facilmente acessíveis de estudos biomédicos. As seções iniciais se remetem a princípios éticos relacionados ao processo de avaliação, melhoramento e publicação de manuscritos em periódicos biomédicos a suas relações entre editores e autores, revisores (*peer reviewers*) e a mídia. As últimas seções se remetem a aspectos mais técnicos de preparação e submissão dos manuscritos. O ICMJE acredita que o documento inteiro é relevante aos interesses de ambos, autores e editores.

Os Requisitos Uniformes provêm de muitos outros apoios – revisores (*peer reviewers*), editoras, a mídia, os pacientes e suas famílias e os leitores gerais – com conhecimentos úteis dentro do processo de autoria e produção biomédica.

I.C. Como utilizar os Requisitos Uniformes

Os Requisitos Uniformes declaram os princípios éticos na conduta e informações da pesquisa e fornece recomendações relativas a

elementos específicos de redação e edição. Essas recomendações são amplamente baseadas na experiência compartilhada de um número moderado de editores e autores, acumuladas ao longo de vários anos, no lugar de resultados de investigações metódicas e planejadas as quais aspiram ser “baseadas em evidências”. Sempre que possível, as recomendações são acompanhadas por uma análise racional que as justifica; como tal, o documento serve um propósito educacional.

Os autores acharão útil seguir as recomendações neste documento sempre que possível, pois, como descrito nos esclarecimentos, fazê-lo melhorará a qualidade e clareza das informações nos manuscritos submetidos a qualquer periódico, assim como a facilidade de edição. Ao mesmo tempo, cada periódico possui requisitos editoriais que se adaptam unicamente aos seus propósitos. Portanto, os autores devem familiarizar-se com as Instruções aos Autores específicas ao periódico que escolheram para seus manuscritos – por exemplo, os tópicos adequados para aquele periódico e os tipos de artigos que podem ser submetidos (por exemplo, artigos originais, revisões ou relatos de caso) – e deveriam seguir essas instruções.

II. Considerações éticas na conduta e informações da pesquisa

II.A. Autoria e contribuição

II.A.1. Autores

Um “autor” é geralmente considerado alguém que realizou contribuições intelectuais substantivas para um estudo publicado, e a autoria biomédica continua a ter importantes implicações acadêmicas, sociais e financeiras (1). No passado, os leitores eram raramente providos de informação sobre contribuições de pessoas listadas como autores e nos Agradecimentos dos estudos (2). Agora, alguns periódicos solicitam e publicam informações sobre as contribuições de cada pessoa nomeada como tendo participado em um estudo submetido, pelo menos para pesquisa original. Os editores são encorajados fortemente a desenvolver e implementar uma

política de contribuição, assim como uma política para identificação de quem é responsável pela integridade do trabalho como um todo.

Enquanto as políticas de contribuição e garantia obviamente removem muita da ambiguidade que circula nas contribuições, deixam sem resolução a questão da quantidade e qualidade de contribuição, as quais qualificam para autoria. O ICMJE tem recomendado os seguintes critérios para autoria; esses critérios são apropriados ainda para periódicos que distinguem autores de outros colaboradores.

- Os créditos para autoria devem ser baseados em 1) contribuições substanciais para concepção e projeto, aquisição de dados ou análise e interpretação dos dados; 2) elaboração do artigo ou sua revisão crítica por um conteúdo intelectual importante; 3) aprovação final da versão a ser publicada. Os autores devem reunir as condições 1, 2 e 3.
- Quando um grupo grande e multicêntrico conduziu o trabalho, o grupo deve identificar os indivíduos que aceitaram a responsabilidade direta pelo manuscrito (3). Esses indivíduos devem reunir os critérios para autoria/contribuição definidos anteriormente, e os editores solicitarão a esses indivíduos completar o autor do periódico e os formulários de esclarecimento de conflito de interesses. Ao submeter um manuscrito com autoria de um grupo, o autor correspondente deveria claramente indicar a citação de preferência e identificar todos os autores assim como o nome do grupo. Os periódicos geralmente registram outros membros do grupo nos Agradecimentos. A *NLM (National Library of Medicine)* classifica o nome do grupo e os nomes dos indivíduos que o compõem identificados como sendo diretamente responsáveis pelo manuscrito; ela também especifica os nomes dos colaboradores se eles estão registrados nos Agradecimentos.

- Aquisição de financiamento, coleta de dados ou supervisão geral do grupo de pesquisa não constitui autoria.
- Todas as pessoas designadas como autores devem ser qualificados para autoria e todos os qualificados devem ser especificados.
- Cada autor deveria ter participado suficientemente no trabalho a ponto de tomar responsabilidade pública pelas partes apropriadas do conteúdo.

Alguns periódicos hoje também solicitam que um ou mais autores, referidos como “garantidores”, sejam identificados como as pessoas responsáveis pela integridade do trabalho como um todo, desde o início até a publicação do artigo, e que publiquem essa informação.

Cada vez mais a autoria de trabalhos multicêntricos é atribuída a um grupo. Todos os membros do grupo nomeados como autores deveriam reunir integralmente os critérios acima para autoria/contribuição.

O grupo deveria tomar decisões em conjunto sobre a contribuição/autoria antes de submeter o manuscrito à publicação. O autor correspondente/garantidor deveria estar preparado a explicar a presença e ordem desses indivíduos. Não é função dos editores tomar decisões de autoria/contribuição ou arbitrar conflitos relacionados à autoria.

II.A.2. Colaboradores relacionados nos “Agradecimentos”

Todos os colaboradores que não reúnem os critérios para autoria deveriam estar listados na seção de agradecimentos. Exemplos daqueles que podem ser agradecidos incluem uma pessoa que forneceu puramente ajuda técnica, assistência de escrita ou um presidente de departamento que forneceu somente um suporte geral. Os editores deveriam solicitar aos autores correspondentes que declarem se eles tiveram assistência no projeto do estudo, na coleta de dados, na análise dos dados ou na preparação do manuscrito. Se houvesse tal assistência, os autores deveriam divulgar a identidade dos

indivíduos que forneceram essa assistência e a entidade que deu suporte no artigo publicado. Suporte financeiro e material deveriam também ser reconhecidos.

Grupos de pessoas que contribuíram materialmente no artigo, mas cujas contribuições não justificam autoria, devem ser listados como “investigadores clínicos” ou “investigadores participantes” e sua função ou contribuição deveria ser descrita – por exemplo, “apresentou-se como assessor científico”, “revisou criticamente o propósito do estudo”, ou “forneceu e tratou dos pacientes do estudo”. Pelo fato de os leitores poderem inferir seu aval sobre os dados e conclusões, essas pessoas devem dar permissão escrita para serem reconhecidos.

II.B. Editores

II.B.1. O papel do editor

O editor de um periódico é a pessoa responsável por seu conteúdo completo. Proprietários e editores de periódicos médicos possuem um empenho comum – a publicação de um periódico confiável e de leitura agradável, produzido com o devido respeito aos objetivos expostos no periódico e de custos. Proprietários e editores, no entanto, possuem funções diferentes. Os proprietários possuem o direito de designar e demitir editores e de tomar importantes decisões de negócios nas quais os editores deveriam estar envolvidos o máximo possível. Os editores devem possuir autoridade integral para determinar o conteúdo editorial do periódico. O conceito de liberdade editorial deveria ser resolutamente defendido pelos editores, mesmo em relação à colocação de suas posições no jogo. Para assegurar essa liberdade na prática, o editor deveria possuir acesso direto ao mais alto nível dos proprietários e não a um gerente representante.

Os editores de periódicos médicos deveriam possuir um contrato que declara claramente seus direitos e deveres, os termos gerais de designação e os mecanismos para resolução de conflitos.

Um conselho editorial de consulta independente pode ser útil no auxílio ao editor para estabelecer e manter a política editorial.

II.B.2. Liberdade editorial

O ICMJE adota a definição de liberdade editorial do *World Association of Medical Editors*. De acordo com essa definição, liberdade editorial, ou independência, é o conceito de que os editores-chefe possuem autoridade integral sobre o conteúdo editorial de seu periódico e sobre o calendário de publicação desse conteúdo. Os proprietários dos periódicos não deveriam interferir na avaliação, seleção ou edição dos artigos individuais, mesmo diretamente ou criando um ambiente que influencia fortemente suas decisões. Os editores deveriam firmar decisões sobre a validade do trabalho e sua importância aos leitores do periódico e não no seu sucesso comercial. Os editores deveriam ser livres para expressar visões críticas, mas responsáveis, sobre todos os aspectos da medicina sem medo ou retribuição, mesmo se essas visões conflitam com as metas comerciais da editora. Os editores e suas organizações possuem a obrigação de dar suporte ao conceito de liberdade editorial e de atrair maiores transgressões de tal liberdade para atenção das comunidades médicas, acadêmicas e leigas.

II.C. Peer review

Uma avaliação imparcial, independente e crítica é uma parte intrínseca de todo o trabalho erudito, incluindo o processo científico. *Peer review* é uma avaliação crítica dos manuscritos submetidos aos periódicos por peritos os quais não fazem parte da equipe editorial. O *Peer review* pode, portanto, ser visto como uma extensão importante do processo científico. Embora seu atual valor tenha sido pouco estudado e amplamente debatido (4), o *peer review* ajuda os editores a decidir quais manuscritos são adequados para seus periódicos e ajuda os autores e editores a melhorar a qualidade do artigo. Um periódico que dispõe de *peer review* submete a

maioria de seus artigos de pesquisa publicados a uma revisão externa. O número e os tipos de manuscritos enviados para revisão, o número de revisores, os procedimentos de revisão e o uso das opiniões dos revisores podem variar. Para fins de transparência, cada periódico deveria revelar publicamente suas políticas nas suas Instruções aos Autores.

II.D. Conflitos de interesse

Confiança pública no processo de *peer review* e a credibilidade dos artigos publicados dependem, em parte, em quão bem são gerenciados os conflitos de interesses durante a escrita, *peer review* e decisão editorial. O conflito de interesse existe quando um autor (ou a instituição do autor), revisor ou editor possui uma relação pessoal ou financeira que influencia inapropriadamente (viés) suas ações (tais relações são conhecidas também como compromissos duplos, interesses concorrentes ou fidelidades concorrentes). Essas relações variam de negligenciáveis até grande potencial de influência sobre opinião. Nem todas as relações representam um conflito de interesse verdadeiro. Por outro lado, o potencial para conflito de interesse pode existir em relação a se um indivíduo acredita que a relação afeta seu julgamento científico. Relações financeiras (como empregatícia, consultorias, suporte dos proprietários, honorária e testemunho pago de peritos) são os conflitos de interesse mais bem identificáveis e os mais prováveis para enfraquecer a credibilidade do periódico, dos autores e da ciência em si. Entretanto, conflitos podem ocorrer por outras razões, assim como relações pessoais, competição acadêmica e intelectual.

Todos os participantes do processo de *peer review* e publicação devem divulgar todas as relações que poderiam ser vistas como potenciais conflitos de interesse. A divulgação de tais relações é também importante na conexão com artigos editoriais e de revisão, pois pode ser mais difícil de detectar viés nesses tipos de publicações do que em artigos de pesquisa

original. Os editores podem utilizar essa informação divulgada nas declarações de conflito de interesse e interesse financeiro como uma base para decisões editoriais. Os editores podem publicar essa informação se eles acreditam que seja importante no julgamento do manuscrito.

II.D.1. Potenciais conflitos de interesse relacionados aos compromissos individuais dos autores

Quando os autores submetem um manuscrito, seja um artigo ou uma carta, eles são responsáveis por divulgar todas as relações pessoais e financeiras que podem influenciar seu trabalho. Para prevenir ambiguidade, os autores devem declarar explicitamente se existem ou não potenciais conflitos. Os autores deveriam fazer isso no manuscrito, em uma página de notificação de conflitos de interesse que segue a página do título, fornecendo detalhes adicionais, se necessário, em uma carta que acompanha o manuscrito (Ver Seção IV.A.3. Página de Notificação dos Conflitos de Interesse).

Os autores deveriam identificar os indivíduos que fornecem assistência escrita ou de outro tipo e divulgar a fonte de fundos para essa assistência.

Investigadores devem expor potenciais conflitos para os participantes do estudo e deveriam declarar no manuscrito se eles o fizeram.

Os editores também necessitam decidir sobre publicar as informações divulgadas pelos autores sobre potenciais conflitos. Se existir dúvida, é melhor prezar pelo cuidado da publicação.

II.D.2. Potenciais conflitos de interesse relacionados ao projeto de suporte

Cada vez mais estudos individuais recebem fundos de empresas comerciais, fundações privadas e governamentais. As condições para esses fundos possuem o potencial para viés e, de outra maneira, trás descrédito à pesquisa.

Os cientistas possuem uma obrigação ética de submeter resultados de pesquisa confiáveis para publicação. Além disso, como pessoas diretamente responsáveis por seu trabalho, os pesquisadores não deveriam entrar em acordos

que possam interferir em seu acesso aos dados e sua capacidade de analisá-los independentemente e preparar e publicar os manuscritos. Os autores deveriam descrever o papel do patrocinador, no projeto do estudo; coleta, análise e interpretação dos dados; escrita do artigo e a decisão de submeter o artigo à publicação. Se a fonte de suporte não tiver tal envolvimento, os autores deveriam declarar. Vieses potencialmente apresentados quando os patrocinadores são diretamente envolvidos na pesquisa são análogos aos vieses metodológicos. Alguns periódicos, entretanto, escolhem incluir a informação sobre o envolvimento do patrocinador na seção dos Métodos.

Os editores podem requerer que os autores de um estudo financiado por uma agência com um interesse proprietário ou financeiro no resultado assinem uma declaração, assim como “Eu tive acesso integral a todos os dados deste estudo e eu tomo total responsabilidade pela integridade dos dados e pela acurácia das análises dos dados”. Os editores deveriam ser encorajados a revisar cópias dos protocolos e/ou contratos associados com estudos de projeto específico antes de aceitar tais estudos para publicação. Os editores podem escolher não considerar um artigo se um patrocinador pedir controle sobre o direito de publicação dos autores.

II.D.3. Potenciais conflitos de interesse relacionados aos compromissos de editores, equipe do periódico ou revisores

Os editores deveriam evitar a seleção de revisores externos com óbvio potencial conflitos de interesse – por exemplo, aqueles os quais trabalham no mesmo departamento ou instituição de qualquer um dos autores. Os autores frequentemente fornecem editores com os nomes de pessoas as quais sentem que não deveriam ser questionadas para revisar um manuscrito, por causa do potencial, geralmente profissional, conflito de interesse. Quando possível, os autores deveriam ser solicitados a explicar ou justificar seus interesses; esta informação é im-

portante para os editores decidirem se favorecerão tais pedidos.

Os revisores devem expor aos editores quaisquer conflitos de interesse que poderiam influenciar suas opiniões sobre o manuscrito e eles deveriam se recusar a revisar manuscritos específicos se o potencial para viés existir. Como no caso de autores, o silêncio da parte dos revisores em relação a potenciais conflitos pode significar que os conflitos existem e o revisor faltou em revelá-los ou que não existem. Os revisores devem, portanto, serem também solicitados a declarar explicitamente se conflitos existem ou não. Os revisores não devem usar o conhecimento do trabalho, anteriormente à sua publicação, para promover seus próprios interesses.

Os editores que tomam as decisões finais sobre os manuscritos não devem ter envolvimento pessoal, profissional ou financeiro em quaisquer volumes que eles possam julgar. Outros membros da equipe editorial, se participarem das decisões editoriais, devem fornecer aos editores uma descrição atual de seus interesses financeiros (como deveriam relatar ao julgamento editorial), e se recusarem, de quaisquer decisões nas quais existam conflitos de interesse. A equipe editorial não deve utilizar informações obtidas por meio do trabalho com os manuscritos para benefício próprio. Os editores deveriam publicar uma declaração regular sobre potenciais conflitos de interesse relacionados aos compromissos da equipe do periódico.

II.E. Privacidade e confidência

II.E.1. Pacientes e participantes do estudo

Os pacientes possuem um direito à privacidade o qual não deveria ser violado sem consentimento esclarecido. Informações de identificação, incluindo nomes, iniciais ou números hospitalares não deveriam ser publicadas em descrições escritas, fotografias ou genealogias, a menos que a informação seja essencial a propósitos científicos e que o paciente (ou parente ou cuidador) forneça consentimento escrito e esclarecido para publicação. O consentimento es-

clarecido, para esse propósito, exige que um paciente identificável seja apresentado para que o manuscrito seja publicado. Os autores deveriam expor a esses pacientes sobre qualquer material potencialmente identificável, que pode estar disponível via Internet, assim como em versão impressa após publicação. O consentimento do paciente deveria ser escrito e arquivado tanto com o jornal, os autores, ou ambos, como prescrito pelas leis ou regulamento local. Leis aplicáveis podem variar de localidade para localidade, os periódicos deveriam estabelecer suas próprias políticas com orientação legítima.

Detalhes de identificação desnecessários deveriam ser omitidos. O consentimento esclarecido deveria ser obtido se houver qualquer dúvida de que o anonimato pode ser mantido. Por exemplo, camuflar a região dos olhos em fotografias de pacientes é uma proteção ao anonimato inadequada. Se características identificáveis são alteradas para proteção ao anonimato, como em ascendências genéticas, os autores deveriam fornecer garantia e os editores, então, deveriam observar se tais alterações não distorcem o propósito científico.

O requisito para o consentimento esclarecido deveria ser incluído às Instruções para Autores do periódico. Quando um consentimento esclarecido tiver sido obtido, deve ser indicado no artigo publicado.

II.E.2. Autores e revisores

Os manuscritos devem ser revisados com o devido respeito à confidência dos autores. Ao submeter seus manuscritos para revisão, os autores confiam aos editores os resultados de seu trabalho científico e empenho criativo, sobre os quais podem depender sua carreira e reputação. Os direitos dos autores podem ser violados por exposição de detalhes confidenciais durante a revisão de seu manuscrito. Os revisores também possuem o direito à confidência, o qual deve ser respeitado pelo editor. A confidência pode ser violada se for alegada desonestidade ou fraude, porém, caso contrário, deve ser respeitada.

Os editores não devem revelar informação sobre os manuscritos (incluindo seu recebimento, conteúdo, estado do processo de revisão, críticas dos revisores ou seu ultimato) a qualquer outro com exceção dos autores e revisores. Isso inclui solicitações para o uso dos materiais para procedimentos legais.

Os editores devem deixar claro para seus revisores que os manuscritos enviados para revisão são comunicações privilegiadas e de propriedade privada dos autores. No entanto, os revisores e membros da equipe editorial devem respeitar os direitos dos autores, não debatendo publicamente seu trabalho ou apropriar suas ideias antes que o manuscrito seja publicado. Os revisores não devem permitir cópias dos manuscritos para seus arquivos e o compartilhamento com outros deve ser proibido, exceto com a permissão do editor. Os revisores devem retornar ou destruir as cópias dos manuscritos após suas submissões. Os editores não deveriam manter cópias de manuscritos rejeitados.

Os comentários de revisores não deveriam ser publicados ou, de outra maneira, divulgados sem permissão do revisor, autor e editor.

Há diferentes opiniões sobre se os revisores devem manter-se anônimos. Os autores deveriam consultar as Informações para Autores do periódico para o qual escolheram submeter um manuscrito, para determinar se as revisões são anônimas. Quando comentários não são assinados, a identidade dos revisores não deve ser revelada ao autor ou a qualquer outro sem sua permissão.

Alguns periódicos publicam os comentários dos revisores com o manuscrito. Tal procedimento não deveria ser adotado sem o consentimento dos autores ou revisores. Entretanto, os comentários dos revisores deveriam ser enviados a outras pessoas para revisar o mesmo manuscrito, o que auxilia os revisores a se informarem sobre o processo de revisão. Os revisores também podem ser notificados da decisão do editor de aceitar ou rejeitar um manuscrito.

II.F. Proteção de seres humanos e animais na pesquisa

Ao relatar experimentos em seres humanos, os autores deveriam indicar se os procedimentos seguidos estavam de acordo com os padrões éticos do comitê responsável sobre experimentos humanos (institucional e nacional) e com a Declaração de Helsinki de 1975, como revisado em 2000 (5). Se existir dúvida sobre se a pesquisa foi conduzida de acordo com a Declaração de Helsinki, os autores devem explicar a análise racional para sua introdução e demonstrar que o corpo de revisão institucional aprovou explicitamente os aspectos duvidosos do estudo. Ao relatar experimentos com animais, os autores deveriam indicar se as diretrizes institucionais e nacionais para os cuidados e uso de animais laboratoriais foram seguidos.

III. Publicação e editorial de volumes relacionados à publicação em periódicos biomédicos

III.A. Obrigação de publicar estudos negativos

Os editores deveriam considerar seriamente para publicação qualquer estudo realizado cuidadosamente de uma questão importante, relevante a seus leitores, se os resultados para o desfecho primário ou qualquer adicional seja estatisticamente significativa. A falha para submeter ou publicar achados pela falta de significância estatística é uma causa importante de vies de publicação.

III.B. Correções, retrações e "Expressões de Interesse"

Os editores devem inicialmente assumir que os autores estão relatando um trabalho baseado em observações honestas. Todavia, dois tipos de dificuldade podem surgir.

Primeiro, podem ser notados erros em artigos publicados que exijam a publicação de correção ou errata por parte do trabalho. As correções deveriam aparecer em uma página numerada, serem listadas na Tabela de Conteúdos, incluindo a citação original completa, o *link* para o artigo original e vice-versa se estiver *online*. É considerável que um erro poderia ser tão sério a ponto de corromper o corpo inteiro do trabalho, mas isso é improvável e deveria ser endereçado por editores e autores sobre uma base individual. Tal erro não poderia ser confundido com ineficiências expostas pela emergência de nova informação científica no andamento normal da pesquisa. Esta última não exige correções ou retratações.

O segundo tipo de dificuldade é a fraude científica. Se dúvidas substanciais surgirem sobre a honestidade ou integridade do trabalho, mesmo submetido ou publicado, é de responsabilidade do editor assegurar que a questão foi resolvida apropriadamente, geralmente pela instituição patrocinadora dos autores. Habitualmente, não é de responsabilidade do editor conduzir uma completa investigação ou realizar uma determinação; esta responsabilidade existe em conjunto com a instituição em que o trabalho foi realizado ou com a agência de fundos. O editor deveria ser prontamente informado da decisão final e, se um artigo fraudulento tiver sido publicado, o periódico deve publicar uma retratação. Se este método investigativo não resultar em uma conclusão satisfatória, o editor deve escolher conduzir sua própria investigação. Como uma alternativa para retratação, o editor deve escolher publicar uma expressão de interesse sobre aspectos de conduta ou integridade do trabalho.

A retratação ou expressão de interesse, tão rotulada, deveria aparecer em uma página numerada numa seção proeminente do periódico impresso, assim como na versão *online*, deve ser listada na página da Tabela de Conteúdos e incluída no seu cabeçalho o título do artigo original. Não deveria ser simplesmente uma carta ao editor. Idealmente, o primeiro autor da retratação deveria ser o mesmo daquele do artigo,

embora, sob certas circunstâncias, o editor deva aceitar retratações de outras pessoas responsáveis. O texto da retratação deveria esclarecer por que o artigo está sendo retratado e incluir uma referência da citação completa àquele artigo.

A validade do trabalho prévio pelo autor de um artigo fraudulento não pode ser assumida. Os editores podem perguntar à instituição do autor para se assegurarem do valor do trabalho publicado anteriormente em seus periódicos ou podem retratá-lo. Se isso não tiver sido feito, os editores podem escolher publicar um anúncio expressando interesse de que a validade do trabalho publicado previamente é incerta.

Os editores que possuem questões relacionadas ao mau comportamento editorial ou científico podem achar útil consultar os excelentes fluxogramas que o *Committee on Publication Ethics* (COPE) desenvolveu (www.publicationethics.org.uk). COPE, formado em 1997, é um fórum em que editores de periódicos revisados podem discutir questões relacionadas à integridade do protocolo científico; ele suporta e estimula os editores a exporem, catalogarem e instigarem investigações dentro de problemas éticos no processo de publicação. O maior objetivo do COPE é oferecer informações importantes para os editores debaterem sobre qual a melhor maneira de lidar com as possíveis violações na pesquisa e ética de publicação.

III.C. Direitos autorais

Muitos periódicos biomédicos solicitam aos autores a transferir os direitos autorais ao periódico. Entretanto, um aumento do número de periódicos de “livre acesso” não exige essa transferência. Os editores deveriam tomar sua posição sobre a transferência dos direitos autorais claramente aos autores e outros que podem estar interessados em utilizar o conteúdo editorial de seus periódicos. O *status* dos direitos autorais dos artigos em um dado periódico pode variar: algum conteúdo não pode ser copiado (por exemplo, artigos escritos por funcionários dos Estados Unidos e alguns outros governos

no curso de seus trabalhos); os editores podem concordar em renunciar os direitos autorais a outros e, ainda, outros podem ser protegidos sob direitos seriais, isto é, o uso em outras publicações fora os periódicos, incluindo as eletrônicas, é permitido.

III.D. Publicações coincidentes

III.D.1. Submissão duplicada

A maioria dos periódicos biomédicos não irá considerar manuscritos que estejam sendo considerados simultaneamente por outros periódicos. Entre as principais considerações que levaram a essa política são: 1) o potencial para desacordo quando dois (ou mais) periódicos reclamam o direito para publicar um manuscrito que tiver sido submetido simultaneamente a mais de um; e 2) a possibilidade de dois ou mais periódicos, desconhecida e desnecessariamente, submeter o trabalho ao *peer review*, editar o mesmo manuscrito e publicar o mesmo artigo.

Entretanto, editores de diferentes periódicos podem, simultaneamente ou juntamente, decidir publicar um artigo, se eles acreditarem que, fazendo isso, seria de melhor interesse à saúde pública.

III.D.2. Publicação redundante

Publicação redundante (ou duplicada) é a publicação de um artigo que sobrepõe substancialmente com outro já publicado, impresso ou em mídia eletrônica.

Leitores de periódicos de primeira mão, mesmo impresso ou eletrônico, merecem saber que estão lendo é o original, a menos que haja uma declaração clara de que o autor e editor estão intencionalmente republicando um artigo. As bases dessa posição são leis internacionais de direitos autorais, conduta ética e uso de recursos custo-benefício. A publicação duplicada de pesquisa original é particularmente problemática, desde que isso possa resultar em contagem dupla inadvertida ou ponderação inadequada dos resultados de um estudo único, o que distorce a evidência disponível.

Muitos periódicos não desejam receber artigos sobre trabalhos que já tenham sido em grande parte reportados num artigo publicado ou que esteja contido em outro artigo que já tenha sido submetido ou aceito para publicação em outro lugar, impresso ou em mídia eletrônica. Essa política não impede o jornal de considerar um artigo que tenha sido rejeitado por outro periódico, ou um artigo completo que segue a publicação de um artigo preliminar, assim como um *abstract* ou pôster exibido em um encontro profissional. Também não impede os periódicos de considerarem um artigo que tenha sido apresentado em um encontro científico, mas que não foi publicado integralmente ou que esteja sendo considerado para publicação em um processo ou formato similar. Breves artigos impressos de encontros agendados, geralmente não são considerados como infrações dessa regra; porém, eles podem ser se dados adicionais ou cópias de tabelas e figuras aumentarem tais artigos. O ICMJE não considera resultados dispostos em registros de ensaios clínicos como publicação prévia, se os resultados são apresentados no mesmo registro de aceite – ICMJE, no qual o registro inicial dos métodos do ensaio ocorreu e se os resultados estão postados em forma de um resumo estruturado breve ou tabela. O ICMJE também acredita que o registro dos resultados deveria citar suas publicações integrais, quando disponíveis, ou incluir uma declaração que indica que os resultados ainda não foram publicados em um periódico revisado (*peer-review*).

Ao submeter um artigo, o autor deve sempre realizar uma declaração completa ao editor sobre todas as submissões e artigos prévios (incluindo apresentações em encontros e postagem de resultados em registros), os quais podem ser considerados como redundantes ou publicação duplicada. O autor deve alertar o editor se o manuscrito inclui assuntos sobre os quais os autores tenham publicado um artigo prévio ou tenham submetido um artigo relacionado à outra publicação. Qualquer artigo semelhante deve ser referido e referenciado no

novo artigo. Cópias de tal material deveriam ser incluídas com o manuscrito submetido, para auxiliar o editor a decidir como manejar o assunto.

Se publicação redundante ou duplicada for experimentada ou ocorrer sem tal notificação, os autores deveriam esperar alguma atitude editorial ser tomada. Ao menos, uma rejeição imediata do manuscrito submetido deveria ser esperada. Se o editor não estiver ciente das violações e o artigo já tiver sido publicado, então, uma notificação de publicação redundante ou duplicada provavelmente será publicada com ou sem o esclarecimento ou aprovação do autor.

Um relatório preliminar à mídia pública, agências governamentais ou fabricantes de informação científica descritas em um artigo ou em uma carta ao editor que já tenha sido aceita, mas ainda não publicada, viola as políticas de muitos periódicos. Tal relatório pode ser garantido quando o artigo ou carta descreve maiores avanços terapêuticos ou riscos de saúde pública, como sérios efeitos colaterais de drogas, vacinas, outros produtos biológicos ou artifícios medicinais ou doenças relatáveis. Esse relatório não deveria prejudicar a publicação, mas deveria ser discutido com e concordado pelo editor com antecedência.

III.D.3. Publicação secundária aceitável

Certos tipos de artigos como diretrizes produzidas por agências governamentais e organizações profissionais, podem precisar alcançar a mais ampla audiência possível. Em tais circunstâncias, os editores publicam deliberadamente, algumas vezes, material que está sendo publicado também em outros periódicos, com o consentimento dos autores e editores desses periódicos. Publicação secundária por várias outras razões, no mesmo idioma ou em outro, especialmente em outros países, é justificável e pode ser benéfico, visto que se encontram as condições seguintes:

1. Os autores tenham recebido consentimento dos editores de ambos os periódicos; o

editor interessado na publicação secundária deve possuir uma fotocópia, reimpressão ou o manuscrito da versão primária.

2. A prioridade da publicação primária é respeitada por um intervalo de publicação de pelo menos uma semana (a menos que seja especificamente negociado de outra maneira por ambos os editores).
3. O artigo para publicação secundária é destinado para um grupo diferente de leitores; uma versão abreviada poderia ser suficiente.
4. A versão secundária reflete fielmente os dados e interpretações da versão primária.
5. A nota de rodapé na página de título da versão secundária informa aos leitores, revisores e agências de documentação que o artigo tem sido publicado integral, ou em parte, e declara a primeira referência. Lê-se como uma nota de rodapé adequada: "Esse artigo é baseado em um estudo apresentado previamente em [título do periódico, com referência integral]".
6. A permissão para essa publicação secundária deveria ser livre de despesas.
7. O título da publicação secundária deveria indicar que é uma publicação secundária (republicação e tradução completas ou tradução abreviada) de uma publicação primária. É bom lembrar que a NLM não considera traduções como "republicações" e não cita ou arquiva traduções quando o artigo original foi publicado em um periódico indexado na MEDLINE.
8. Os editores de periódicos que publicam simultaneamente em múltiplos idiomas deveriam compreender que a NLM arquiva a versão do idioma primário. Quando o texto integral de um artigo aparece em mais do que um idioma na edição de um periódico (assim como periódicos canadenses com o artigo em ambos os idiomas, inglês e francês), ambas as línguas são indicadas na citação MEDLINE (por exemplo, Mercer K. *The relentless challenge in health care*. *Healthc Manage Forum*. 2008

Summer; 21(2):4-5. English, French. No abstract available. PMID: 18795553.)

III.D.4. Manuscritos concorrentes baseados no mesmo estudo

A publicação de manuscritos para opinar sobre as disputas dos co-investigadores pode desperdiçar espaço no periódico e confundir os leitores. Em contrapartida, se os editores publicam intencionalmente um manuscrito escrito por somente alguma equipe de colaboradores, eles poderiam estar negando o resto da equipe e seus direitos legítimos de autoria; o acesso dos leitores do periódico reconhece como legítimas as diferenças de opinião sobre a interpretação de um estudo.

Duas classes de submissões concorrentes são consideradas: submissões por colegas que discordam sobre a análise e interpretação de seu estudo e aquelas de colegas que discordam sobre quais são os fatos e quais dados deveriam ser apresentados.

Deixando de lado a questão não resolvida da propriedade dos dados, as seguintes observações gerais podem ajudar os editores e outros envolvidos em indicar tais problemas.

III.D.4.a. Diferenças na análise ou interpretação

Se a disputa se concentra na análise ou interpretação dos dados, os autores deveriam submeter um manuscrito que apresenta claramente ambas as versões. A diferença de opinião deveria ser explanada em uma carta. O processo normal de revisão e de revisão editorial pode ajudar os autores a resolver seus desacordos relacionados à análise ou interpretação.

Se a disputa não pode ser resolvida e o estudo merecer publicação, ambas as versões deveriam ser publicadas. Opções incluem a publicação de dois artigos sobre o mesmo estudo ou um único artigo com duas análises ou interpretações. Em tais casos, seria apropriado para o editor publicar uma declaração

esboçando a discordância e o envolvimento do periódico na tentativa de resolvê-la.

III.D.4.b. Diferenças nos métodos ou resultados relatados

Se a disputa se concentra nas diferentes opiniões sobre o que era efetivamente feito ou observado durante o estudo, o editor do periódico deveria recusar a publicação até a discordância ser resolvida. Não se espera que os revisores (*peer review*) resolvam tais problemas. Se houver alegações de desonestidade ou fraude, os editores deveriam informar as autoridades apropriadas; os autores deveriam ser notificados sobre alguma intenção do editor de reportar uma suspeita de má administração na pesquisa.

III.D.5. Manuscritos concorrentes baseados no mesmo banco de dados

Algumas vezes, os editores recebem manuscritos de grupos de pesquisa independentes que analisaram a mesma série de dados (por exemplo, de um banco de dados público). Os manuscritos podem diferir nos seus métodos analíticos, conclusões ou ambos. Cada manuscrito deveria ser considerado separadamente. Se a interpretação dos dados for muito similar, é razoável, mas não obrigatório, os editores darem preferência ao manuscrito que foi recebido primeiro. Entretanto, consideração editorial de múltiplas submissões pode ser fundamentada sob essas circunstâncias e deve haver, ainda, uma boa razão para publicar mais de um manuscrito, pois confrontos analíticos diferentes podem ser complementares e igualmente válidos.

III.E. Correspondência

O autor/garantidor correspondente possui responsabilidade primária pela correspondência com o periódico, mas o ICMJE recomenda que os editores enviem uma cópia de qualquer correspondência para todos os autores listados.

Os periódicos biomédicos deveriam fornecer aos leitores um mecanismo para submeter comentários, questões ou críticas sobre os

artigos publicados, assim como breves relatórios e comentários não relacionados aos artigos publicados previamente. Provavelmente, mas não necessariamente, isso toma a forma de uma sessão ou coluna de correspondência. Aos autores de artigos discutidos em correspondência deveria ser dada uma oportunidade de resposta, preferencialmente no mesmo volume no qual aparece a correspondência original. Os autores correspondentes deveriam ser solicitados a declarar qualquer competição ou conflito de interesses.

Correspondência publicada pode ser editada pelo comprimento, exatidão gramatical e estilo do periódico. Alternativamente, os editores podem escolher publicar correspondências não editadas, por exemplo, em seções de resposta instantânea na *Internet*. O periódico deveria declarar suas práticas editoriais relacionadas a esse assunto. Os autores deveriam aprovar as mudanças editoriais que alteram a substância ou o tom de uma carta ou resposta. Em todas as circunstâncias, os editores devem fazer um esforço para ocultar declarações indelicadas, imprecisas ou difamatórias e não deveriam permitir anúncios e argumentos com a intenção de duvidar das descobertas ou opiniões.

Embora os editores tenham o direito de rejeitar correspondências que são irrelevantes, desinteressantes ou com falta de convicção, eles têm a responsabilidade de permitir a expressão de uma série de opiniões. A coluna de correspondência não deveria ser utilizada meramente para promover o ponto de vista do periódico ou dos editores.

Pelos interesses da equidade e para manter a correspondência em proporções manejáveis, os periódicos podem querer estabelecer limites de tempo para respostas ao material publicado e para debates sobre um dado tópico. Os periódicos deveriam também decidir se deveriam notificar os autores quando alguma correspondência a respeito de seu trabalho publicado vai aparecer nas sessões padrão ou de resposta rápida. Os periódicos deveriam também estabelecer política com relação ao arquivo de correspondências não

editadas que aparecem *online*. Essas políticas deveriam publicadas em ambas as versões, impressa e eletrônica, do periódico.

III.F. Suplementos, tema das edições e Séries especiais

Suplementos são coleções de artigos que tratam de assuntos ou tópicos relacionados, publicados como uma edição independente do periódico ou como parte de uma edição regular e são, geralmente, financiadas por outras fontes que não a editora do periódico. Os suplementos podem fornecer objetivos úteis: educação, intercâmbio de informações de pesquisa, facilidade de acesso a conteúdo específico e melhora na colaboração entre acadêmicos e entidades corporativas. Pelo fato de fontes de financiamento poder influenciar o conteúdo dos suplementos por meio da escolha de tópicos e pontos de vista, os periódicos deveriam considerar a adoção dos seguintes princípios. Esses mesmos princípios se aplicam ao tema das edições ou séries especiais que possuem fontes externas e/ou editores convidados.

1. O editor do periódico deve ter total responsabilidade pelas políticas, práticas e conteúdo dos suplementos, incluindo controle completo das decisões para publicar todas as partes do suplemento. A edição pela organização de financiamento não deveria ser permitida.
2. O editor do manuscrito deve guardar a autoridade para enviar os manuscritos do suplemento à revisão externa (*peer review*) e para rejeitar manuscritos submetidos para o suplemento. Essas condições deveriam ser reconhecidas por autores e editores de suplementos externos antes de iniciar o trabalho editorial sobre o suplemento.
3. O editor do periódico deve aprovar a convocação de qualquer editor externo ao suplemento e ser responsável pelo trabalho do editor externo.

4. As fontes de financiamento para a pesquisa, publicação e os produtos das fontes considerados no suplemento deveriam ser claramente declarados e localizados proeminentes no suplemento, preferencialmente em cada página. Sempre que possível, os suplementos deveriam ser financiados por mais de um patrocinador.
5. A publicidade nos suplementos deveria seguir as mesmas políticas como aquelas no restante do periódico.
6. Os editores do periódico devem permitir aos leitores distinguir facilmente entre páginas editoriais comuns e páginas de suplemento.
7. Os editores do periódico e do suplemento não devem aceitar favores pessoais ou remuneração dos financiadores dos suplementos.
8. A publicação secundária nos suplementos (republicação dos artigos publicados em outro lugar) deveria ser claramente identificada pela citação do artigo original. Os suplementos deveriam evitar publicação duplicada ou redundante. Os suplementos não deveriam republicar resultados de pesquisa, mas republicar as diretrizes ou outro material de interesse público que possa ser apropriado.
9. Os princípios para autoria e divulgação de potenciais conflitos de interesse discutidos em outras seções deste documento deveriam ser aplicados aos suplementos.

III.G. Publicação eletrônica

A maioria dos periódicos biomédicos agora é publicada na versão eletrônica, assim como na impressa, e alguns são publicados somente na forma eletrônica. Pelo fato de a publicação eletrônica (o que inclui a Internet) ser o mesmo que publicar de maneira impressa, pelos interesses da clareza e consistência, as recomendações deste documento deveriam ser aplicadas às informações médicas e de saúde publicadas eletronicamente.

A natureza da publicação eletrônica requer algumas considerações especiais, ambas

dentro e fora desse documento. No mínimo, os *websites* deveriam indicar o que segue: nomes, credenciais apropriadas, afiliações e conflitos de interesse relevantes de editores, autores e colaboradores; documentação e atribuição das referências e recursos para todo o conteúdo; informação sobre direitos autorais; divulgação do proprietário do *site* e divulgação do patrocínio, publicidade e fundos comerciais.

A ligação entre um *site* médico ou de saúde da Internet a outro pode ser percebida como uma recomendação implícita da qualidade do segundo *site*. Os periódicos, portanto, deveriam ter atenção ao ligar-se em outros *sites*; quando usuários são ligados a outro *site*, deve ser útil fornecer uma declaração explícita de que eles estão deixando o *site* do periódico. As ligações com outros *sites* postados como um resultado de considerações financeiras deveria ser claramente indicado como tal. Todas as datas de postagem e atualização de conteúdo deveriam ser indicadas. Na aparência eletrônica, assim como na impressa, mensagens promocionais e de publicidade não deveriam ser justapostas com o conteúdo editorial; o conteúdo comercial deveria ser claramente identificado como tal.

A publicação eletrônica ocorre em fluxo. Os editores deveriam desenvolver, tornar disponível aos autores e implementar políticas sobre questões originais para publicação eletrônica. Essas questões incluem arquivamento, correção, controle de versão, escolha da versão eletrônica ou impressa do periódico como periódico de registro e publicação de material auxiliar.

Um periódico não deveria remover um artigo de sua *website* ou arquivo sob nenhuma circunstância. Se uma correção ou retratação se torna necessária, o esclarecimento deve ser registrado apropriadamente e comunicado tão breve quanto possível em uma página citável numa edição subsequente do periódico.

A preservação de artigos eletrônicos em um arquivo permanente é essencial para o registro histórico. O acesso ao arquivo deveria ser imediato e controlado por um terceiro partido,

como uma livraria, ao invés da editora. A deposição em múltiplos artigos é apoiada.

III.H. Publicidade

A maioria dos periódicos médicos contém publicidade, o que gera uma renda às suas editoras, porém, não deve ser permitida a influência da publicidade sobre as decisões editoriais. Os periódicos deveriam possuir políticas escritas formais e explícitas para publicação em ambas as versões impressas e eletrônicas; a política da publicidade em *website* deveria assemelhar-se àquela para versão impressa o máximo possível. Os editores devem possuir autoridade total e final para aprovar propagandas, fazendo cumprir a política de publicidade.

Quando possível, os editores deveriam fazer uso do julgamento de órgãos independentes para revisão de publicidade. Os leitores deveriam ser capazes de distinguir prontamente entre publicidade e material editorial. A justaposição de material editorial e de publicação sobre os mesmos produtos ou assuntos deveria ser evitada. A publicidade entre as páginas dos artigos interrompe o fluxo do conteúdo editorial e deveria ser desestimulada. A publicidade não deveria ser vendida na condição de aparecer na mesma edição como um artigo particular.

Os periódicos não deveriam ser dominados pela publicidade, mas os editores deveriam ser cuidadosos sobre publicar propagandas de somente um ou dois anunciantes, pois os leitores podem perceber que esses anunciantes influenciaram o editor.

Os periódicos não deveriam conter propagandas de produtos comprovados como seriamente prejudiciais à saúde – por exemplo, o tabaco. Os editores deveriam assegurar que é imposta a existência de padrões reguladores ou industriais para propagandas específicas ao seu país ou desenvolver seus próprios padrões. Os interesses de organizações ou agências não deveriam regulamentar publicidade confidencial ou outras não expostas, exceto quando requerida por lei. Finalmente, os editores deveriam

considerar todas as críticas de propagandas para publicação.

III.I. Periódicos médicos e a mídia geral

O interesse público em notícias sobre a pesquisa médica tem levado a mídia popular a competir vigorosamente por informações sobre pesquisa. Os pesquisadores e instituições, às vezes, apoiam a transmissão da pesquisa na mídia não médica, antes da publicação integral, em um periódico científico por meio da exploração da imprensa coletiva ou entrevistas.

O público tem direito à informação médica importante em um tempo razoável e os editores possuem responsabilidade por facilitar o processo. Os periódicos biomédicos são publicados primariamente para seus leitores, mas o público geral possui um interesse legítimo em seu conteúdo: um equilíbrio apropriado entre essas considerações deveria orientar a interação do periódico com a mídia. Os doutores, na prática, necessitam de informações disponíveis em detalhe integral antes de poderem aconselhar seus pacientes sobre as conclusões das notícias. Além disso, informação da mídia sobre pesquisa científica, antes de o trabalho ter sido revisado e totalmente controlado, pode levar a disseminação de conclusões imprecisas ou prematuras.

Um sistema de embargo tem sido estabelecido em alguns países para prevenir a publicação na mídia geral antes da publicação da pesquisa original no periódico. O embargo cria um “campo de equitativas”, o qual a maioria dos jornalistas aprecia, já que isso minimiza a pressão sobre eles para publicar histórias as quais eles não tiveram tempo para preparar cuidadosamente. A consistência no tempo da liberação pública de informação biomédica é importante também na minimização do caos econômico, visto que alguns artigos contêm informação que possui grande potencial para influenciar mercados financeiros. Em contrapartida, o sistema de embargo tem sido utilizado como auto-serviço de interesses dos periódicos

e um impedimento para a rápida disseminação da informação científica.

Os editores devem achar as seguintes informações úteis, caso busquem estabelecer políticas sobre essas questões.

- Os editores podem adotar a transmissão ordenada da informação médica de pesquisadores, por meio de periódicos revisados, ao público. Isso pode ser realizado por um acordo com autores, em que eles não publicarão seu trabalho enquanto seu manuscrito estiver sob consideração ou a espera de publicação, e um acordo com a mídia, em que eles não vão liberar histórias prévias à publicação da pesquisa original no periódico, em troca, o periódico irá cooperar com eles no preparo de histórias precisas.
- Os editores necessitam ter em mente que um sistema de embargo funciona como um sistema de honra; não existe nenhuma aplicação formal ou mecanismo de policiamento. A decisão de um número significativo de canais de mídia ou periódicos biomédicos que não respeitem o sistema de embargo iria conduzir a uma rápida dissolução.
- Muito pouca pesquisa médica possui implicações clínicas urgentemente importantes e tão claras para a saúde pública a ponto de as notícias deverem ser liberadas antes da publicação integral em um periódico. Entretanto, se tal circunstância excepcional ocorrer, as autoridades apropriadas responsáveis pela saúde pública deveriam decidir quando disseminar a informação aos médicos e à mídia antecipadamente e deveriam ser responsáveis por essa decisão. Se o autor e as autoridades apropriadas desejarem possuir um manuscrito considerado por um periódico em particular, o editor deveria ser consultado antes de qualquer liberação pública. Se os editores confirmarem a necessidade pela liberação imediata, estes deveriam renun-

ciar suas políticas de limite para publicidade pré-publicação.

- As políticas designadas a limitar a publicidade pré-publicação não deveriam ser aplicadas a notas na mídia de apresentações em encontros científicos ou a resumos desses encontros (ver Publicação Redundante). Os pesquisadores que apresentarem seus trabalhos em um encontro científico deveria sentir-se livre para discutir suas apresentações com jornalistas, mas eles deveriam ser desestimulados a oferecer mais detalhes sobre seus estudos do que foi apresentado na conversa.
- Quando um artigo está pronto para ser publicado, os editores deveriam auxiliar a mídia a preparar reportagens precisas, providenciando novas liberações, respondendo a questões, fornecendo cópias antecipadas do periódico ou referindo aos jornalistas a especialistas apropriados. Essa assistência deveria ser contingente a cooperação da mídia em tempo de liberação de uma história para coincidir com a publicação do artigo.
- Os editores, autores e a mídia deveriam aplicar os princípios acima declarados para liberação de material antecipado nas versões eletrônicas dos periódicos.

III.J. Obrigação de registro dos ensaios clínicos

O ICMJE acredita que é importante adotar publicamente uma base de dados abrangente de ensaios clínicos. O ICMJE define um ensaio clínico como qualquer projeto de pesquisa que prospectivamente atribui indivíduos humanos à intervenção ou comparações simultâneas ou grupos controles para estudar a relação causa-efeito entre uma intervenção médica e um resultado de saúde. Intervenções médicas incluem drogas, procedimentos cirúrgicos, tratamentos comportamentais, mudanças no processo de saúde e outros.

Os periódicos membros do ICMJE solicitarão, como uma condição de consideração para

publicação em seus periódicos, a inscrição em um registro público de ensaios. Os detalhes dessa política estão contidos em uma série de editoriais (ver Editoriais, abaixo de Dúvidas Frequentes). O ICMJE estimula os editores de outros periódicos biomédicos a adotar uma política similar.

O ICMJE não defende um registro particular, mas seus periódicos membros irão solicitar aos autores que registrem seus trabalhos em um registro que reúna vários critérios. O registro deve ser acessível ao público sem custos. Deve ser aberto para todos os possíveis registrados e administrado por uma organização sem fins lucrativos. Deve haver um mecanismo para assegurar a fundamentação dos dados registrados e o registro deveria ser pesquisável eletronicamente. Um registro aceitável deveria incluir no mínimo os componentes dos dados listados na Tabela 1. O registro de um ensaio com campos perdidos ou campos que contenham uma terminologia não informativa é inadequado.

É importante notar que o ICMJE solicita o registro da metodologia do estudo, porém não solicita o registro dos resultados do estudo; ele reconhece os potenciais problemas que poderiam surgir por dispor resultados de pesquisa que não tiver sido subjugado por um processo de revisão. Entretanto, o ICMJE entende que o *U.S. Food and Drug Administration Amendments Act of 2007 (FDAAA)* solicita aos pesquisadores a registrar os resultados. O ICMJE não irá considerar como publicação prévia os resultados informados no mesmo registro primário do ensaio clínico como no registro inicial, se os resultados forem postados de forma tabular ditada pelo FDAAA. Os pesquisadores deveriam estar cientes de que os editores dos periódicos que seguirem as recomendações do ICMJE podem considerar descrições mais detalhadas dos resultados do estudo e dos resultados publicados em registros, além do registro primário (no caso do FDAAA, *ClinicalTrials.gov*) ser publicação prévia. O ICMJE antecipa que o ambiente para registro de resultados mudará dramaticamente nos próximos anos e o ICMJE pode preci-

sar alterar essas recomendações como agências adicionais estabelecem outros mandatos relacionados ao registro de resultados.

O ICMJE recomenda que os periódicos publiquem o número de registro do estudo ao final do resumo. O ICMJE também recomenda que, sempre que um número de registro está disponível, os autores especifiquem o número de registro na primeira vez que usarem uma sigla do estudo para referir a tanto o estudo que estão descrevendo quanto os outros estudos que eles mencionarem no manuscrito.

IV. Preparação e submissão do manuscrito

IV.A. Preparando um manuscrito para submissão a um periódico biomédico

Os editores e revisores gastam muitas horas lendo os manuscritos e, portanto, apreciam receber manuscritos fáceis de ler e editar. Muitas das informações nas “Instruções para Autores” de um periódico são designadas a alcançar aquele objetivo de maneira que reúnam as necessidades editoriais de cada periódico em particular. As informações seguintes fornecem orientação na preparação de manuscritos para qualquer periódico.

IV.A.1.α. Princípios gerais

O texto de artigos experimentais e observacionais é, geralmente (mas não necessariamente), dividido nas seguintes seções: Introdução, Métodos, Resultados e Discussão. A chamada estrutura “IMRED” não é um formato de publicação arbitrário, porém antes, é uma reflexão direta do processo de descoberta científica. Artigos longos podem precisar de subtítulos em algumas seções (especialmente nos Resultados e Discussão) para tornar mais claro seu conteúdo. Outros tipos de artigos, como relatos de caso, revisões e editoriais, provavelmente precisem ser formatados diferentemente.

Formatos eletrônicos têm criado oportunidades para detalhes adicionais ou seções inteiras, informação estratificada, comentários ou porções resumidas de artigos e outros, somente na versão eletrônica. Os autores necessitam trabalhar rigorosamente com os editores no desenvolvimento ou utilização de tais novos formatos de publicação e deveriam submeter material eletrônico suplementar para a revisão.

Espaço duplo em todas as partes do manuscrito – incluindo a página do título, resumo, texto, agradecimentos, referências, tabelas individuais e legendas – e margens generosas tornam possível para editores e revisores editarem o texto linha por linha e adicionar comentários e consultas diretamente na cópia do papel. Se os manuscritos são submetidos eletronicamente, os arquivos deveriam ser espaçados duplamente para facilitar a impressão para revisão e edição.

Os autores deveriam numerar todas as páginas do manuscrito consecutivamente, começando com a página do título, para facilitar o processo editorial.

IV.A.1.b. Diretrizes para apresentação de modelos de estudo específicos

Os relatórios de pesquisa frequentemente omitem informações importantes. As diretrizes para apresentação (Tabela 2) têm sido desenvolvidas por um número de modelos de estudo que alguns periódicos podem solicitar aos autores a seguir. Os autores deveriam consultar as “Informações para Autores” do periódico que tiverem escolhido.

Os requisitos gerais listados na próxima seção relacionam-se a elementos essenciais de apresentação para todos os modelos de estudo. Os autores são estimulados também a consultar as diretrizes de apresentação relevantes para seu modelo específico de pesquisa. Para a apresentação de estudos randomizados e controlados, os autores deveriam consultar a declaração CONSORT. Essa orientação fornece uma série de recomendações abrangendo uma lista de itens para apresentação e um diagrama de fluxo de paciente.

IV.A.2. Página de Título

A página de título deveria conter as informações seguintes:

1. Título do artigo. Títulos concisos são mais fáceis de ler do que os extensos e muito complicados. Entretanto, os títulos muito curtos podem carecer de informações importantes, como o tipo de estudo (o que é particularmente importante na identificação de estudos controlados e randomizados). Os autores deveriam incluir todas as informações no título que irão fazer a recuperação eletrônica, ambas sensível e específica.
2. Nomes dos autores e afiliações institucionais. Alguns periódicos publicam o grau acadêmico do mais alto de cada autor, outros não o fazem.
3. O nome do(s) departamento(s) e instituição(ões) a qual o trabalho deveria ser atribuído.
4. Retratações, se houver.
5. Informação de contato para os autores correspondentes. O nome, endereço, números de telefone e endereço eletrônico do autor responsável pela correspondência sobre o manuscrito (o “autor correspondente”; este autor pode ser ou não o “garantidor” pela integridade do estudo). O autor correspondente deveria indicar claramente se seu endereço eletrônico pode ser publicado.
6. O nome e endereço do autor para o qual os pedidos para reimpressão deveriam ser endereçados ou uma declaração que as reimpressões não são disponíveis pelos autores.
7. Fonte(s) de suporte na forma de doações, equipamentos, drogas ou todos eles.
8. Um título para legenda. Alguns periódicos solicitam um título mais sucinto, geralmente com não mais de 40 caracteres (incluindo letras e espaços) no rodapé da página do título. Títulos para legenda são publicados na maioria dos periódicos, mas também são utilizados, algumas vezes,

dentro da agência editorial para arquivar ou localizar os manuscritos.

9. Contador de palavras. O contador de palavras somente para o texto (excluindo o resumo, agradecimentos, legendas das figuras e referências) permite aos editores e revisores avaliarem se a informação contida no papel garante a quantidade de espaço destinada a ela e se o manuscrito submetido se encaixa no limite de palavras do periódico. Um contador de palavras separado para o resumo é útil pela mesma razão.
10. O número de figuras e tabelas. É complicado para a equipe editorial e revisores determinar se as figuras e tabelas que deveriam ter acompanhado um manuscrito estavam realmente incluídas a menos que os números das figuras e tabelas estejam notificados na página de título.

IV.A.3. Página de notificação de conflitos de interesses

Para prevenir a informação ou os potenciais conflitos de interesse de serem negligenciados ou não colocados, é necessário que seja parte do manuscrito. Entretanto, ele deveria ser também incluso em uma ou várias páginas separadas, seguindo imediatamente a página de título. Periódicos em particular podem diferir no local de inclusão dessa informação e alguns periódicos não enviam as informações ou conflitos de interesse aos revisores (*Veja seção II.D. Conflitos de interesse*).

IV.A.4. Resumo

O resumo (variam os requisitos para extensão e formato) deveria seguir a página de título. Ele deveria fornecer o contexto ou fundo do estudo e deveria declarar o propósito do estudo, procedimentos básicos (seleção dos sujeitos do estudo ou animais de laboratório, métodos observacionais e de análise), principais achados (mostrando a dimensão dos efeitos e sua significância estatística, se possível) e principais conclusões. Deveria enfatizar os novos

e importantes aspectos do estudo ou observações. Artigos sobre ensaios clínicos deveriam conter resumos que incluem os itens que o grupo CONSORT tem identificados como essencial (www.consort-statement.org/?=1190).

Pelo fato de os resumos serem a única porção substantiva do artigo indexada em muitas bases de dados eletrônicas e a única porção que muitos leitores lêem, os autores necessitam ser cuidadosos para refletir precisamente o conteúdo do artigo. Infelizmente, a informação contida em muitos resumos difere daquela do texto (6). O formato exigido para resumos estruturados diferem de periódico para periódico e algumas revistas utilizam mais do que um formato; os autores precisam preparar seus resumos no formato especificado pelo periódico que eles tiverem escolhido.

O ICMJE recomenda que os periódicos publiquem o número de registro do estudo no final do resumo. O ICMJE também recomenda que, sempre que um número de registro estiver disponível, os autores relacionem aquele número a primeira vez que usarem uma sigla do estudo para referir tanto ao estudo que estiverem relatando ou outros estudos que mencionarem no manuscrito.

IV.A.5. Introdução

Forneça um contexto ou fundo para o estudo (isto é, a natureza do problema e sua significância). Declare o propósito específico ou o objetivo da pesquisa, ou as hipóteses testadas pela pesquisa, o estudo ou observação; o objetivo da pesquisa é frequentemente mais nitidamente focado quando declarado como uma questão. Ambos os objetivos principais e secundários deveriam ser claros e quaisquer análises de subgrupos pré-especificados deveriam ser descritas. Forneça somente referências precisamente pertinentes e não inclua dados ou conclusões do trabalho a ser apresentado.

IV.A.6. Métodos

A seção Métodos deveria incluir somente as informações que estavam disponíveis na épo-

ca em que o projeto ou o protocolo do estudo estava sendo escrito; todas as informações obtidas durante o estudo pertencem à seção Resultados.

IV.A.6.a. Seleção e descrição dos participantes

Descreva sua seleção dos participantes observacionais ou experimentais (pacientes ou animais de laboratório, incluindo controles) claramente, incluindo os critérios de inclusão e exclusão e uma descrição da fonte da população. Pelo fato de a relevância de tais variáveis como idade e sexo para o objeto da pesquisa não ser sempre claro, os autores deveriam explicar seu uso quando estão incluídos em um estudo de relato – por exemplo, os autores deveriam explicar por que somente participantes de certas idades foram incluídos, ou por que mulheres foram excluídas. O princípio de orientação deveria ser claramente sobre como e por que um estudo foi feito de uma maneira particular. Quando os autores utilizam de tais variáveis como raça ou etnia, eles deveriam definir como eles mensuraram essas variáveis e justificar sua relevância.

IV.A.6.b. Informação técnica

Identifique os métodos, aparatos (fornecer o nome do fabricante e endereço entre parênteses) e procedimentos em detalhe suficiente para permitir que outros reproduzam os resultados. Ofereça referências para os métodos estabelecidos, incluindo métodos estatísticos (veja abaixo); forneça referências e breves descrições para os métodos que tiverem sido publicados, mas que não são bem conhecidos; descreva métodos ou novos ou substancialmente modificados, ofereça as razões para utilizá-los e avalie suas limitações. Identifique precisamente todas as drogas e substâncias químicas utilizadas, incluindo nome(s) genérico(s), dose(s) e via(s) de administração.

Ao submeterem manuscritos de revisão, os autores deveriam incluir uma seção descrevendo os métodos utilizados para localização, seleção, extração e síntese dos dados. Esses métodos deveriam também estar resumidos no resumo.

IV.A.6.c. Estatística

Descreva os métodos estatísticos com detalhes suficientes para capacitar um leitor conhecedor com acesso aos dados originais para verificar os resultados apresentados. Quando possível, quantifique os achados e apresente-os com indicadores apropriados de margem de erro e incerteza (como intervalos de confiança). Evite confiar unicamente em testes de hipótese estatística, como valores de *p*, os quais falham ao transmitir informações importantes sobre o “tamanho do efeito”. As referências sobre o modelo do estudo e métodos estatísticos deveriam ser para trabalhos padrão quando possível (com as páginas declaradas). Definir termos estatísticos, abreviações e símbolos. Especificar o *software* de computador utilizado.

IV.A.7 Resultados

Apresente seus resultados em uma sequência lógica no texto, tabelas e ilustrações, oferecendo os achados principais ou mais importantes em primeiro lugar. Não repita todos os dados nas tabelas ou ilustrações no texto, enfatize ou resuma somente as observações mais importantes. Materiais extras ou suplementares e detalhes técnicos podem ser colocados em um apêndice em que serão acessíveis, mas não interromperão o fluxo do texto, ou podem ser publicados unicamente na versão eletrônica do periódico.

Quando os dados estão resumidos na seção Resultados, ofereça resultados numéricos e não somente os derivados (por exemplo, porcentagens), mas também os números absolutos dos quais os derivados foram calculados e especifique os métodos estatísticos utilizados para analisá-los. Restrinja as tabelas e figuras para aquelas necessárias para explicar o argumento do artigo e avaliar os dados de suporte. Utilize gráficos como uma alternativa às tabelas muito extensas; não duplique os dados em gráficos e tabelas. Evite o uso de termos técnicos de maneira não técnica, como “aleatório” (que implica no termo aleatório/randomizado), “normal”, “significante”, “correlações” e “amostra”.

Quando apropriado cientificamente, as análises dos dados por certas variáveis como idade e sexo deveriam ser incluídas.

IV.A.8. Discussão

Enfatize os aspectos novos e importantes do estudo e as conclusões que os seguem. Não repita em detalhes os dados ou outras informações apresentadas nas seções de Introdução ou Resultados. Para estudos experimentais, é útil iniciar a discussão resumindo brevemente os achados principais e, então, explorar possíveis mecanismos ou explicações para esses achados, compare e contraste os resultados com outros estudos relevantes, declare as limitações do estudo e explore as implicações desses achados para futuras pesquisas e prática clínica.

Faça a ligação das conclusões com os objetivos do estudo, porém, evite declarações não qualificadas e conclusões sem suporte adequado pelos dados. Em particular, evite fazer declarações ou benefícios econômicos e custos, a menos que o manuscrito inclua os dados e análises econômicos apropriados. Declare novas hipóteses quando justificadas, mas classifique-as claramente como tal.

IV.A.9. Referências

IV.A.9.a. Considerações gerais relacionadas às referências

Embora as referências para artigos de revisão possam ser uma maneira eficiente para guiar os leitores a um corpo da literatura, artigos de revisão não refletem sempre um trabalho original precisamente. Os autores deveriam, portanto, estar providos com referências diretas à pesquisa original sempre que possível. Por outro lado, listas extensivas de referências ao trabalho original em um tópico podem utilizar espaço excessivo nas páginas impressas. Pequenos números de referências para firmar artigos originais frequentemente servem assim como listas mais exaustivas, particularmente desde que as referências agora podem ser adicionadas à versão eletrônica dos artigos publicados e desde que a pesquisa eletrônica da

literatura permite aos leitores recuperar eficientemente a literatura publicada.

Evite utilizar resumos como referências. Referências a artigos aceitos, mas ainda não publicados, deveriam ser designadas como “para impressão” ou “prestes a ser publicado”; os autores deveriam obter permissão escrita para citar tais artigos assim como a verificação de que eles foram aceitos para publicação. As informações de manuscritos submetidos, mas não aceitos, deveriam ser citadas no texto como “observações não publicadas” com permissão escrita da fonte.

Evite citar uma “comunicação pessoal”, a menos que isso forneça uma informação não disponível essencial de uma fonte pública, neste caso o nome da pessoa e a data de comunicação deveriam ser citados em parênteses no texto. Para artigos científicos, obtenha permissão escrita e confirmação de precisão da fonte de uma comunicação pessoal.

Alguns, mas não todos os periódicos, checam a exatidão de todas as citações de referências; portanto, erros de citação por vezes aparecem na versão publicada dos artigos. Para minimizar tais erros, verifique as referências em comparação aos documentos originais. Os autores são responsáveis por conferir se nenhuma das referências cita artigos retratados, exceto no contexto de referir à retratação. Para artigos publicados em periódicos indexados na MEDLINE, o ICMJE considera PubMed a fonte competente para informações sobre retratações. Os autores podem identificar artigos retratados na MEDLINE, utilizando os seguintes termos de pesquisa, em que pt entre colchetes responde por tipo de publicação (*publication type*): Retracted publication [pt] na PubMed.

IV.A.9.b. Formato e estilo de referência

O estilo para referências dos Requisitos Uniformes é amplamente baseado em um estilo da *American National Standards Institute* adaptado pela NLM para suas bases de dados. Os autores deveriam consultar a *NLM's Citing Medicine* para

informações sobre seus formatos recomendados para uma variedade de tipos de referência.

As referências deveriam ser numeradas consecutivamente na ordem as quais são primeiramente mencionadas no texto. Identifique as referências no texto, tabelas e legendas por números arábicos entre parênteses. As referências citadas somente em tabelas ou legendas de figuras deveriam ser numeradas de acordo com a sequência estabelecida pela primeira identificação da tabela ou figura particular no texto. Os títulos de periódicos deveriam ser abreviados de acordo com o estilo utilizado na lista dos *Journals Indexed* pela MEDLINE, postada pela NLM em seu *website*. Os periódicos variam na maneira de solicitar aos autores para citar referências eletrônicas entre parênteses no texto ou em referências numeradas seguindo o texto. Os autores deveriam consultar o periódico para o qual pretendem submeter seu trabalho.

IV.A.10. Tabelas

As tabelas captam informações de maneira concisa e a mostram eficientemente; elas também fornecem informações a qualquer nível de detalhe e precisão desejados. Incluir dados nas tabelas ao invés de no texto, frequentemente torna possível reduzir a extensão do texto.

Digite ou imprima cada tabela com espaço duplo numa folha de papel separada. Enumere as tabelas consecutivamente na ordem de sua primeira citação no texto e forneça um breve título para cada uma. Dê a cada coluna um pequeno ou abreviado subtítulo. Os autores deveriam colocar questões explicativas em notas de rodapé, não no subtítulo. Explique todas as abreviações fora do padrão em notas de rodapé e use os seguintes símbolos, na sequência:

*, †, ‡, §, ||, ¶, **, ††, ‡‡

Identifique medidas de variação estatísticas, como desvio-padrão e erro-padrão da média.

Esteja certo de que cada tabela está citada no texto.

Se for utilizar dados de outra fonte publicada ou não publicada, obtenha permissão e agradeça totalmente tal fonte.

Tabelas adicionais contendo dados reservas, extensos demais para serem publicados de forma impressa podem ser destinadas para publicação na versão eletrônica do periódico, colocado com um serviço de arquivamento ou deixado à disposição aos leitores diretamente pelos autores. Uma adequada declaração deveria ser acrescentada ao texto para informar aos leitores que esta informação adicional está disponível e onde está localizada. Envie tais tabelas em com o artigo por consideração, assim, elas estarão disponíveis aos revisores.

IV.A.11. Ilustrações (Figuras)

As figuras deveriam ser tanto desenhadas e fotografadas profissionalmente, ou submetidas como impressões de qualidade digital. Somado à solicitação de uma versão das figuras adequadas para impressão, hoje alguns periódicos solicitam aos autores arquivos eletrônicos das figuras em um formato (por exemplo, JPEG ou GIF), que irão produzir imagens de alta qualidade na versão eletrônica do periódico; os autores deveriam revisar as imagens de tais arquivos em uma tela de computador antes de submetê-las, para estarem certos de que elas reúnem seus próprios padrões de qualidade.

Para filmes de raios-X, ressonâncias e outras imagens diagnósticas, assim como imagens de amostras de patologias ou microfotografias, envie impressões fotográficas fortes, brilhantes, coloridas ou preto e brancas, geralmente de 127 x 173 mm (5 x 7 polegadas). Embora alguns periódicos redesenhem as figuras, muitos não o fazem. Letras, números e símbolos nas figuras deveriam, portanto, ser inteiramente claros e consistentes e grandes o suficiente para se manter legível quando a figura for reduzida para publicação. As figuras deveriam ser feitas as mais autoexplicativas possíveis, visto que muitas serão usadas diretamente em apresentações de *slide*. Títulos e explicações detalhadas

pertencem às legendas – não nas ilustrações propriamente ditas.

Microfotografias deveriam possuir marcadores de escala internos. Símbolos, setas ou letras utilizadas em microfotografias deveriam contrastar com o fundo.

Fotografias de pessoas potencialmente identificáveis devem ser acompanhadas por permissão escrita para usar a fotografia.

As figuras deveriam ser numeradas consecutivamente de acordo com a ordem em que tiverem sido citadas no texto. Se uma figura tiver sido publicada previamente, reconheça a fonte original e envie uma permissão escrita dos direitos autorais do titular para reproduzir a figura. A permissão é requisitada independentemente da autoria ou editora, exceto para documentos de domínio público.

Para ilustrações coloridas, verifique se o periódico solicita negativos coloridos, transparências positivas ou impressões coloridas. Desenhos marcados em anexo para indicar a região a ser reproduzida podem ser úteis ao editor. Alguns periódicos publicam ilustrações coloridas somente se o autor pagar o custo adicional.

Os autores deveriam consultar o periódico sobre os requisitos para figuras submetidas em formatos eletrônicos.

IV.A.12. Legendas para ilustrações (Figuras)

Digite ou imprima as legendas para ilustrações usando espaço duplo, iniciando em uma página separada, com números arábicos correspondendo às ilustrações. Quando são utilizados símbolos, setas, números ou letras para identificar partes das ilustrações, identifique e explique cada um claramente na legenda. Explique a sequência interna e identifique o método de coloração em microfotografias.

IV.A.13. Unidades de medida

Medidas de comprimento, altura, peso e volume deveriam ser reportados em unidades métricas (metro, quilograma ou litro) ou seus múltiplos decimais.

As temperaturas deveriam estar em graus Celsius. Pressão arterial deveria estar em milímetros de mercúrio, a menos que outras unidades sejam especificamente solicitadas pelo periódico.

Os periódicos variam nas unidades utilizadas para apresentar medidas hematológicas, química clínica e outras. Os autores devem consultar as “Informações para Autores” do periódico em particular e deveriam apresentar as informações laboratoriais em ambos os sistemas de unidades local e internacional. Os editores podem solicitar aos autores adicionar unidades alternativas ou que não fazem parte do sistema de unidades internacional, já que este não é utilizado universalmente. Concentrações de droga podem ser apresentados tanto no sistema de unidades internacional quanto em unidades de massa, mas a alternativa deveria ser fornecida entre parênteses no local apropriado.

IV.A.14. Abreviações e símbolos

Utilize somente abreviações padrão; o uso de abreviações fora do padrão pode ser confuso aos leitores. Evite abreviações no título do manuscrito. A palavra por extenso seguida pela abreviação entre parênteses deveria ser utilizada na primeira menção, a menos que a abreviação seja um padrão de unidade de medida.

IV.B. Envio do manuscrito para o periódico

Um crescente número de periódicos hoje aceitam submissão eletrônica dos manuscritos, tanto em disco como em anexo do *e-mail* ou baixando diretamente para o *site* do periódico. A submissão eletrônica economiza tempo e dinheiro e permite que o manuscrito seja manejado na forma eletrônica por todo o processo editorial (por exemplo, ao ser enviado para a revisão). Para instruções específicas na submissão eletrônica, os autores deveriam consultar as “Instruções para Autores” do periódico.

Se uma versão em papel do manuscrito for submetida, envie o número de cópias e figuras solicitado do manuscrito; isso tudo é necessário para a revisão e edição e não deve ser

suposto à equipe do escritório editorial fazer as cópias solicitadas.

Os manuscritos devem estar acompanhados por uma carta de apresentação, a qual deveria estar incluída as seguintes informações.

- Uma declaração completa ao editor sobre todas as submissões e artigos prévios que podem estar relacionados como publicação redundante do mesmo trabalho ou de um muito similar. Qualquer trabalho do tipo deveria ser referido especificamente e referenciada no novo artigo. Cópias de tal material deveriam ser apresentadas em conjunto com o artigo submetido para ajudar o editor a resolver a situação.
- Uma declaração de relações financeiras ou outras que podem levar a um conflito de interesses, se esta informação não estiver incluída no próprio manuscrito ou num formulário dos autores.
- Uma declaração de que o manuscrito foi lido e aprovado por todos os autores, cuja autoria tenha sido declarada anteriormente neste documento, e que cada autor acredita que o manuscrito representa um trabalho honesto, se estas informações não estiverem fornecidas em outro formulário (veja abaixo).
- O nome, endereço e número de telefone do autor correspondente, responsável pela comunicação com os outros autores sobre as revisões e aprovação final das verificações, se essa informação não estiver incluída no próprio manuscrito.

A carta deveria oferecer qualquer informação adicional que pode ser útil ao editor, assim como o tipo ou formato do artigo no periódico particular que o artigo apresenta. Se o manuscrito tiver sido submetido previamente a outro periódico, é útil incluir os comentários dos editores e revisores prévios com o manuscrito submetido, juntamente com as respostas dos autores àqueles comentários. Os editores estimulam os autores a submeterem essas co-

municações prévias. Fazendo isso, pode-se acelerar o processo de revisão.

Muitos periódicos hoje fornecem uma lista pré-submissão para ajudar o autor a se certificar que todos os componentes da submissão foram incluídos. Alguns periódicos também solicitam que os autores completem listas para artigos de certos tipos de estudo (por exemplo, a lista do CONSORT para artigos de ensaios randomizados e controlados). Os autores deveriam verificar se o periódico utiliza tais listas e enviá-las com o manuscrito, se elas forem solicitadas.

Cartas de permissão para reproduzir material publicado previamente, uso prévio de ilustrações publicadas, informação relatada sobre pessoas identificáveis ou agradecimentos a pessoas por suas contribuições devem acompanhar o manuscrito.

V. Referências

A. Referências citadas neste documento

1. Davidoff F, for the CSE Task Force on Authorship. Who's the author? Problems with biomedical authorship, and some possible solutions. *Science Editor*. 2000; 23:111-9.
2. Yank V, Rennie D. Disclosure of researcher contributions: a study of original research articles in *The Lancet*. *Ann Intern Med*. 1999;130:661-70.
3. Flanagan A, Fontanarosa PB, DeAngelis CD. Authorship for research groups. *JAMA*. 2002;288:3166-8.
4. Godlee F, Jefferson T. *Peer Review in Health Sciences*. London: BMJ Books; 1999.
5. World Medical Association Declaration of Helsinki. Ethical principles for medical research involving human subjects. *JAMA*. 2000;284:3043-5.
6. Pitkin RM, Branagan MA, Burmeister LF. Accuracy of data in abstracts of published research articles. *JAMA*. 1999;281:1110-1.

B. Outras fontes de informações relacionadas a periódicos biomédicos

World Association of Medical Editors (WAME)

Council of Science Editors (CSE)

European Association of Science Editors (EASE)

Cochrane Collaboration

Committee on Publication Ethics (COPE)

VI. Sobre o Comitê Internacional dos Editores de Periódicos Biomédicos

O ICMJE é um grupo de editores de periódicos médicos gerais, cujos participantes se encontram anualmente e consolidam seu trabalho nos Requisitos Uniformes para Manuscritos. O ICMJE encoraja comentários sobre este documento e sugestões para itens de pauta.

VII. Autores dos Requisitos Uniformes para manuscritos submetidos a periódicos biomédicos

Os periódicos e organizações participantes do ICMJE e seus representantes que aprovaram os Requisitos Uniformes para Manuscritos, revisado em setembro de 2008, incluem *Annals of Internal Medicine*, *British Medical Journal*, *Canadian Medical Association Journal*, *Croatian Medical Journal*, *Journal of the American Medical Association*, *Nederlands Tijdschrift voor Geneeskunde* (The Dutch Medical Journal), *New England Journal of Medicine*, *New Zealand Medical Journal*, *The Lancet*, *The Medical Journal of Australia*, *Tidsskrift for Den Norske Lægeforening* (The Journal of the Norwegian Medical Association), *Ugeskrift for Læger* (Journal of the Danish Medical Association), the U.S. NLM e World Association of Medical Editors.

VIII. Uso, distribuição e tradução dos requisitos uniformes

Os usuários podem imprimir, copiar e distribuir este documento sem encargos para fins lucrativos, com propósito educacional. O ICMJE não armazena cópias (reimpressões) deste documento.

A política do ICMJE é para organizações interessadas a se vincular ao documento oficial na língua inglesa em www.ICMJE.org. O ICMJE não aprova a postagem do documento em outros sites que não o do ICMJE.

O ICMJE agradece as organizações que reimprimam ou traduzam este documento em outras línguas que não o inglês para propósitos sem fins lucrativos. O ICMJE não possui recursos para traduzir, retraduzir ou aprovar versões reimpressas ou traduzidas do documento. Portanto, quaisquer traduções deveriam incluir de maneira proeminente a seguinte declaração: “Esta é uma tradução (reimpressão/insira o idioma) do ICMJE *Uniform Requirements for Manuscripts Submitted to Biomedical Journals*. (insira o nome da organização) preparada para tradução com suporte de (insira o nome da fonte de financiamento, se houver). O ICMJE também não aprova nem endossa os conteúdos da reimpressão/tradução. O ICMJE atualiza periodicamente os Requisitos Uniformes, portanto esta reimpressão/tradução preparada em (insira a data) pode não apresentar precisamente a versão oficial atual do www.icmje.org. A versão oficial dos Requisitos Uniformes para Manuscritos Submetidos a Periódicos Biomédicos está localizada em www.icmje.org.”.

Nós não solicitamos aos indivíduos ou organizações que vão reimprimir ou traduzir os Requisitos Uniformes para Manuscritos Submetidos a Periódicos Biomédicos a obter permissão formal e escrita do ICMJE. Entretanto, o ICMJE solicita que cada indivíduo ou organização forneça ao secretariado do ICMJE a solicitação para essa reimpressão ou tradução, para que o ICMJE possa manter um histórico de tais versões do documento.

IX. DÚVIDAS

Previamente ao envio de uma dúvida, favor consultar “Frequently Asked Questions” no www.icmje.org, já que esta seção do *site* fornece respostas às dúvidas mais frequentes.

Dúvidas sobre os Requisitos Uniformes deveriam ser enviadas para Christine Laine, MD, MPH, no escritório de secretariado do ICMJE, American College of Physicians, 190 N. Independence Mall West, Philadelphia, PA

19106-1572, USA. E-mail claine@acponline.org. Favor não enviar dúvidas sobre estudos individuais, estilos individuais de periódicos ou políticas individuais de periódicos ao escritório de secretariado do ICMJE. O ICMJE não arquiva informações de contato de periódicos individuais. Os manuscritos que pretendem uma submissão a um periódico devem enviar diretamente ao periódico, não ao ICMJE. Versão atualizada em outubro de 2008. Disponível em www.icmje.org.